

Quem eram os leitores cariocas do século XIX?

p. 40 - 50

Valdiney Valente Lobato de Castro¹

Resumo

O desenvolvimento do Rio de Janeiro, no século XIX, foi um fator catalisador de refinamento da população, produzindo um aumento significativo na prática de leitura. Com isso, analisa-se, neste trabalho, o surgimento do público leitor como resultado dessas manifestações, perceptível através da multiplicação dos espaços de leitura na cidade e do conhecimento específico sobre retórica e literatura, ofertado na educação formal. Assim, há leitores especializados, com formação suficiente para a compreensão dos textos literários publicados principalmente nos jornais, suporte que democratizou a leitura no Oitocentos brasileiro.

Palavras-chave: Rio de Janeiro. Leitura. Jornal.

Abstract

The development of Rio de Janeiro, in the 19th century, was a refinement of the catalyst factor population, producing a significant increase in reading practice. With that, analyse, in this work, the emergence of the readership as a result of these demonstrations, noticeable through the multiplication of the reading spaces in town and specific knowledge about rhetoric and literature, offered in formal education. Thus, there are specialized readers, with enough training for the understanding of literary texts published mainly in newspapers, support that democratized the reading in Eight Brazilian.

Keywords: Rio de Janeiro. Reading. Newspaper.

Crescimento e agitação na capital fluminense

Considerar o século XIX como marco construtor da liberdade tanto política quanto literária de nosso país é assinalar com destaque os movimentos e lutas de libertação, o crescente processo de urbanização e as transformações no homem brasileiro advindas das influências

européias. Essa agitação teve reverberações nos mais distantes espaços da nação e concentrou-se, mais intensamente, no Rio de Janeiro

A condição de cidade da Corte possibilitou que a festejada cidade fluminense se tornasse o centro econômico, político e cultural do país, sentindo as ebulições das mudanças que ocorriam no Império e servindo como ressonância para as demais cidades. Para tanto, as alterações

¹ Aluno do Curso de Doutorado em Letras da Universidade Federal do Pará

² No romance *Casa de Pensão* (publicado em 1884), de Aluísio Azevedo, o narrador, ao situar a importância da cidade do Rio de Janeiro para o personagem Amâncio, assim declara: “A Corte era “um Paris” diziam na província e ele, por conseguinte, havia de lá encontrar boas aventuras, cenas imprevistas, impressões novas e amores – oh amores principalmente!” (AZEVEDO, 1991, p. 38)

produzidas pela chegada da Família Real e, conseqüentemente a isso, a abertura dos portos, legaram à capital a imagem de civilidade e refinamento, o que resultava em um crescimento populacional numeroso.

Estradas de ferro, iluminação a gás e bondes elétricos foram algumas mudanças que catapultaram a Corte como a Paris² brasileira e fizeram com que as pessoas adquirissem hábitos refinados com padrões de exigência rigorosos ao ampliar o consumo e exigir maior qualidade dos produtos:

foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos colorida e mais cinzenta; o maior gosto pelo teatro que foi substituindo a igreja; pela carruagem de quatro rodas que foi substituindo o cavalo ou o palanquim; pela bengala e pelo chapéu-de-sol que foram substituindo a espada de capitão ou de sargento-mor dos antigos senhores rurais. (FREYRE, 2003, p. 52)

Visivelmente, o grande pólo de desenvolvimento da cidade era a elegante e badalada Rua do Ouvidor, onde as modas que chegavam da Europa eram expostas e atraíam um grande mercado consumidor, ávido pelos novos produtos. Tem-se, assim, uma sociedade com modos burgueses, preocupada em acompanhar o desenvolvimento urbano e sustentar a imagem de capital refinada e civilizada.

Essa representação embaça-se quando se considera a instrução da população carioca: o censo de 1872 revela que, dentre os 274.972 habitantes da cidade do Rio de Janeiro, apenas 99.485 sabiam ler e escrever, o que representa 63,8% de analfabetos. Os dados censitários de 1890 sugerem um aumento: de 522.651 habitantes, 270.330 são alfabetizados

No entanto, Maria Arisnete Câmara de Moraes, em tese de doutorado intitulada *Leituras*

Femininas no século XIX (1996), levanta a hipótese de, no censo de 1872, cerca de 181.583 habitantes terem ficado de fora dos dados, pois seu grau de instrução não constava nos quadros gerais.

Valéria Augusti, em *Trajatórias de Consagração: discursos da crítica sobre o Romance no Brasil oitocentista* (2006), também questiona os dados do censo de 1872 por serem incompletos, visto a província de Minas Gerais ter sido deixada de lado e por não considerarem que muitas pessoas aprenderam a ler fora do ambiente escolar.

A despeito dessas imprecisões, é inegável o crescimento do Rio de Janeiro tanto em número de habitantes, demonstrado inclusive pelo censo de 1890, quanto em desenvolvimento, o que obviamente irá refletir no hábito da leitura

Espaços de leitura no Oitocentos carioca

A proliferação da prática de leitura, no Rio de Janeiro, tem sido entendida como uma consequência do processo de urbanização, responsável por transformar a abandonada província em “A Cidade da Corte”. No entanto, apesar de esse acontecimento ser imprescindível para que a prática de leitura se consagrasse no Brasil, essa concepção permite entender que, antes da abertura dos portos e da liberdade de imprensa, o ato de ler era praticamente inexistente. De fato, não era fácil o acesso aos livros no Brasil Colonial. Ainda que no Rio de Janeiro houvesse, antes da chegada da corte, apenas duas livrarias, conforme afirma Márcia Abreu, em *Os Caminhos dos Livros* (2004), esse não era o único meio de aquisição de obras impressas:

Os moradores do Rio de Janeiro no período colonial tinham várias possibilidades para aquisição de livros: comprá-los em uma das livrarias estabelecidas na cidade ou de vendedores ambulantes, adquiri-los de um

livreiro português ou ainda encomendá-los a algum conhecido que se encarregasse do pedido de autorização e da remessa (ABREU, 2004, p. 74)

A diversidade de condições em adquirir as obras demonstra como a escassez de livrarias no Rio de Janeiro não era precisamente um obstáculo para sua aquisição, pois várias lojas comercializavam livros juntamente com outros objetos como tecidos, chapéus e relógios. Além disso, os vendedores ambulantes, citados pela autora, iam de porta em porta oferecendo as obras recém-chegadas da metrópole. E ainda a autorização, aludida na citação, refere-se à vinda dos livros, que só poderia ocorrer mediante a permissão dos órgãos de censura. Com todas essas possibilidades é fácil compreender por que a prática de leitura na colônia não era tão escassa quanto comumente se supõe³.

A chegada da corte portuguesa, evidentemente, aumentou as condições de acesso à leitura, mas não se pode deixar de considerar que grande parte dos estudos era realizado no espaço doméstico, o que ampliava o número de leitores. Esse aprendizado da leitura de forma informal é referido no romance *Inocência* (1872), de Visconde de Taunay: “Contaram-me que hoje lá nas cidades...arrenego!... não há menina, por pobrezinha que seja, que não saiba ler livros de letra de forma e garatujar no papel...” (TAUNAY, 1991, p.43)

Os espaços públicos onde a leitura ocorria se multiplicavam: gabinetes de leitura, bibliotecas,

livrarias, editoras, tipografias e escolas surgiam em vários locais do Rio de Janeiro, fruto de uma sociedade em crescimento com urgência em se instruir a fim de acompanhar as inúmeras transformações do século.

Os gabinetes de leitura eram espaços que dispunham de livros tanto para serem lidos em salas individuais quanto para empréstimos. Nelson Schapochnik (1999), estudou a implantação e a composição do acervo de alguns espaços destinados à leitura no Rio de Janeiro no século XIX, no período entre 1844 e 1861 e afirma a existência de oito gabinetes, contendo livros de assuntos variados, o que atraía um público diversificado, oriundo de diferentes classes sociais, revelando, com isso, a inserção de um novo contingente de leitores, no cenário da leitura no Rio de Janeiro.

Outro espaço destinado à leitura que proliferou no século XIX foi a biblioteca. A Biblioteca Real, a primeira do Rio de Janeiro, foi aberta ao público em 1818 e nos anos surgiram: a Biblioteca Fluminense (1847), a Biblioteca Nacional (1858) e a Biblioteca Municipal (1873), todas com um número significativo de obras no acervo⁴. Grande parte do acervo trazido na viagem da corte portuguesa veio da Real Bibliotecha da Ajuda de Portugal e foi herdado pela atual Biblioteca Nacional. O livro *A longa viagem da biblioteca dos reis* (2002), de Schwarcz, Azevedo e Costa conta o percurso desse acervo.

Além desses espaços constituídos por acervos numerosos, os locais de venda dos livros

3 Márcia Abreu tem coordenado pesquisas importantes sobre a circulação no Rio de Janeiro colonial. Em análise a pedidos de autorização e às listas de livros enviados (antes da chegada da família real: 1769-1807) aparecem 201 requisições solicitando autorização para envio, com um total de 1.333 demandas de obras literárias que, ao serem agrupadas por títulos, representam 518 títulos de ficção enviados para a província. A pesquisadora também analisou os itens existentes em vários inventários *post-mortem*, de alguns moradores, do século XIX, e percebeu que entre as listas dos objetos de valor há a existência de livros

4 Valéria Augusti em sua comunicação *Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX*, investiga as regras de funcionamento das bibliotecas e percebe uma maior rigidez nessas instituições: “leitura vigiada, marcada pelo regramento: estabelece dias, horários; impõe uma maneira de ler silenciosa; restringe o acesso; registra a identidade daquele que lê; protege o livro e pune sua violação e estipula prazo para a posse do livro.”

como livrarias, editoras e tipografias, também proliferavam na capital. Segundo Laurence Hallewell (1995), existiam apenas duas livrarias em 1808 e em 1816 já haviam doze. Em 1870 havia cerca de trinta e em 1890, quarenta e cinco. Esses espaços ganhavam cada vez mais importância como ponto de encontro, de troca e de influência; isso ocorria também porque a maior parte delas se localizava na elegante Rua do Ouvidor. Entre elas, merece destaque a Livraria Francisco de Paula Brito, onde se reuniam os intelectuais da época e se editava grande parte dos clássicos, que hoje perduram em nossa história literária. Também deve-se assinalar a livraria do editor francês Baptiste-Louis Garnier, que, além de negociar e editar os livros e jornais, vendia no seu estabelecimento chapéus de sol, bengalas, charutos etc. Machado de Assis (1892) analisava:

Falar do Sr. Garnier, depois de Paula Brito, é aproximá-los por uma ideia comum: Paula Brito foi o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós. Garnier ocupa hoje esse lugar, com as diferenças produzidas pelo tempo e pela vastidão das relações que possui fora do país. (ASSIS, 1857, p.53)

Obras de Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Machado de Assis foram publicadas em jornais e livros por Garnier, o que realça sua marcante participação na história do livro e da leitura, não apenas da capital fluminense, mas de toda a nação.

O desenvolvimento dos espaços de leitura e dos seus locais de venda revela o interesse pela prática de ler no Rio de Janeiro, o que se vincula ao momento singular de crescimento que a própria população vivia, conforme dito anteriormente. Estabelecido o crescimento desses espaços, vale refletir sobre o leitor, sua formação e suas

condições de acesso ao texto.

Leitores na capital fluminense: imagens em oposições

Não se pode balizar o número de leitores do século XIX considerando apenas aqueles alfabetizados na escola, isto porque a educação informal, feita em casa pela família ou por uma preceptora, era muito comum. A iniciação à leitura fora do ambiente da escola, também, de certa forma, revela a preocupação das famílias com a aquisição da leitura como mecanismo para assegurar a inserção dos pequenos no surto de desenvolvimento da época.

Em consonância com essa preocupação foi criada, em quinze de novembro de 1827, a primeira lei sobre a instrução primária do império para assegurar que em todos os locais mais populosos houvesse o ensino das primeiras letras. A promulgação dessa lei revela tanto a intenção de assegurar o ensino da educação primária quanto a expansão na quantidade de leitores do Império.

Quanto à educação básica, precisamente aos anos que antecedem ao ensino superior, a escola considerada padrão, no Rio de Janeiro, e que servia de modelo para as demais províncias era o Colégio Pedro II. Fundado em 1837 contava com o ensino de humanidades, sendo ministradas as disciplinas: latim, grego, francês, inglês, retórica, geografia, filosofia, mineralogia, botânica, química, física, álgebra, geografia e astronomia. As disciplinas de humanidades predominavam nas séries mais avançadas e o título conferido ao concludente era de Bacharel em Letras.

Eduardo Vieira Martins, em seu livro *A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista* (2005), analisa o ensino da retórica no colégio.

5 Também Valeria Augusti, no capítulo O Romance nas Formas Editoriais Escolares, de sua tese de doutorado *Trajatórias de Consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista* (2006) analisa a penetração que a discussão sobre o romance foi gradativamente fazendo parte dos manuais de retórica do Colégio Pedro II.

Tendo sido de fato implantada em 1839 essa cadeira teve como professor Francisco Freire de Carvalho (que baseou seus ensinamentos na obra do europeu Hugo Blair), Miguel do Sacramento Lopes Gama (ao contrário do anterior, preocupou-se com explicações mais variadas e não tratou apenas de conceituações) e Luis José Junqueira Freire (aproximou as discussões da retórica com as questões próprias da literatura nacional)⁵.

Sendo assim, há que se considerar a qualidade do ensino, no que compete ao campo das letras, como capaz de assegurar ao leitor do século XIX um olhar sobre o texto literário para além de um mero inocente leitor, mas sim com condições de captar as entrelinhas presentes nas construções textuais, o que revela, de certo modo, a preocupação com o ensino da época, inclusive para a instrução da mulher.

No início do século XIX, a história das mulheres foi marcada pela subordinação e submissão e entre os aprendizados obrigatórios estava o domínio das prendas domésticas, como: cozinhar, bordar, costurar, entre outras tarefas para agradar ao marido⁶. As informações sobre as mulheres dessa época são pontuadas pela instrução limitada, a reclusão doméstica, a vida social restrita à igreja e às reuniões familiares. No entanto, a partir das mudanças ocorridas no século XIX, as condições de leitura modificam-se para as mulheres: há a proliferação de bibliotecas e de gabinetes de leitura; tornam-se comuns

as preceptoras, adotadas por muitas famílias, encarregadas da educação dos filhos; surgem ainda as escolas normais exclusivas para a formação das moças, que possibilitaram a proliferação de mulheres leitoras. Essas escolas desenvolveram-se logo após a chegada da família real e, no final do século XIX, propagaram-se em todo o Rio de Janeiro⁷.

Diante disso, a leitura feminina passou a ser incentivada por meio de propagandas de jornais, como ilustra o trecho abaixo de um anúncio da Livraria Globo, publicado no *Jornal do Commercio* visando às mulheres leitoras:

De onde vens? Oh mulher?
- Da livraria do Globo; fui comprar livros; são tão baratos que eu não pude resistir.
- Oh! Mulher, pelos demônios, como saíste de casa sem a minha ordem?
- Oh! Manduca. Lê os anúncios no jornal e farás mais que eu.
- O que fizeste mulher dos 10\$ que eu te deixei em casa?
- Vê: dez cestas de livros. Servem para você, para a sua avó e toda a nossa família.
(JORNAL DO COMMERCIO, 1891, p. 43)

O fictício diálogo delineia o interesse da mulher pela leitura, o que possivelmente era uma prática comum na segunda metade do século XIX. Essa imagem da mulher leitora esteve bem representada na literatura, pois em várias obras literárias desse período as personagens dedicam-se às leituras e em muitos prefácios⁸ os autores dirigem-se especificamente a elas, que são as

6 Mary Del Priore no livro *Histórias das mulheres no Brasil* (1997) tece um painel da situação em que a mulher brasileira do século XIX vivia. Importante também o livro *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros* (1999) de Tania Maria Bessone, que problematiza o desenvolvimento da leitura no Brasil, citando as dificuldades da mulher tanto como leitora quanto como escritora.

7 Essas mudanças significativas ocorreram em todo o território brasileiro. Algumas delas, por decisão da corte, como a própria estruturação da colônia: o Colégio de Medicina, que se funda em Salvador, é um bom exemplo. Outras, advindas das influências estrangeiras, graças à abertura dos portos.

8 Germana Sales no capítulo “Duas palavras entre dois amores: o autor e o leitor”, de sua tese intitulada *Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas* (1826-1881) apresenta a leitura de vários prefácios de Alencar e Macedo direcionados às leituras femininas.

leitoras em potencial de suas obras.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman no capítulo “Fantasiando a Leitora”, do livro *A Formação da Leitura no Brasil* (1999), apontam alguns exemplos de personagens leitoras nas obras *Diva*, *Lucíola*, *Senhora*, de José de Alencar; *O culto do dever*, de Joaquim Manuel de Macedo; *Iaiá Garcia*, *A mão e a luva*, *Dom Casmurro*, *Quincas Borba*, *Helena*, de Machado de Assis:

Assim, exame de Macedo, Alencar e Machado que neles busque representações literárias de leitoras e leituras pode fornecer contraponto aos sisudos e implacáveis comentários de viajantes e cronistas dos costumes brasileiros. Torna-se então instigante o aparente encontro entre as observações fundadas no, por assim dizer, testemunho direto e as que os textos de natureza ficcional insinuam. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 254)

As duas pesquisadoras mostram que esses romances, ao mesmo tempo em que valorizam o potencial do público feminino, reproduzem a imagem da mulher submissa e voltada às prendas domésticas:

os escritores confirmam a ideologia patriarcal que favorece a dominação do homem sobre a mulher, por intermédio do casamento e da dedicação ao lar e à família. Sob este aspecto as obras, representam a prática em vigor e ao evitar contestá-la, acabam por reforçá-la. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 256).

Se a mulher consegue, paulatinamente, ir se imiscuindo no mundo da leitura o mesmo não acontece com o negro. Apesar de corresponder à grande parte da população carioca, presente inclusive em muitos quadros que retratam a época, o negro era visto como selvagem, sendo muitas vezes tido como o grande responsável pelos desvios de caráter dos brasileiros.

O leitor negro do século XIX, em sua maioria, tem uma relação muito singular com o texto: os espaços da escrita não lhe são só negados,

mas também são inamistosos a sua presença na medida em que sua representação quase sempre é de atraso e obstáculo à homogeneidade da nação.

Mesmo assim, o acesso à leitura acontece, em uma relação direta não com a página física do papel, mas sim com a voz: ele é um leitor ouvinte, que escuta uma oralização, mas que sabe que aquele texto não é para ele, o que reforça a imagem de passividade, de falsa capacidade intelectual, o que configura uma representação de que o texto literário era apenas para os homens brancos, legitimando uma falsa democratização racial.

Por outro lado, a leitura oralizada deve ser compreendida como um avanço, pois amplia a compreensão do conceito de indivíduo leitor, sendo considerado, então, aquele que pode ver ou ouvir as histórias para poder partilhar das emoções contadas, uma prática corriqueira nos ambientes domésticos do século XIX, como se nota nos romances da época:

Achou as senhoras à volta de uma mesa; Guiomar lia, para a madrinha ouvir, um romance francês, recentemente publicado em Paris e trazido pelo último pacote. Mrs. Oswald lia também, mas para si, um grosso volume de Sir Walter Scott, edição Constable, de Edimburgo.

Jorge veio interrompê-las um pouco, mas só interromper, porque a leitura continuou logo depois, ajudando ele próprio a Guiomar naquela filial tarefa. Veio o chá, veio depois a hora de recolher, e a baronesa deu por findo o serão, ainda que o livro estava quase findo. Um capítulo mais, aventurou Jorge com o livro aberto nas mãos.

A baronesa sorriu e voltou os olhos para Guiomar, a cuja conta lançou aquela dedicação do sobrinho; recusou contudo, por estar a cair de sono.

- Eu é que não me deito sem saber o resto, declarou Guiomar; levo o livro comigo.

- Ah! disse Jorge com um gesto de satisfação. (ASSIS, 1991, p. 26)

O recorte, extraído do romance *A Mão e a Luva* (1874), de Machado de Assis, oferece várias possibilidades de reflexão: assinala a educação

da época, com o domínio do francês e do inglês; realça o compartilhamento do texto, em que todos estão encantados pela leitura; revela uma prática comum na capital fluminense, a democratização do texto, que ocorria em grupos à noite, reunidos após o jantar.

Roger Chartier no capítulo “Comunidades de Leitores” aponta algumas observações quando considera a história do livro, que se encaixam a essa discussão. O estudioso afirma que, ao estudar a leitura, não se pode considerar apenas o suporte escrito, mas sim o espaço e as pessoas envolvidas no processo, e ele exemplifica com a leitura em voz alta, mostrando a

Sua dupla função: comunicar o texto aos que não o sabem decifrar, mas também cimentar as formas de sociabilidade imbricadas igualmente em símbolos de privacidade – a intimidade familiar, a convivência mundana, a convivência letrada. Uma história da leitura não deve, pois, limitar-se à genealogia única da nossa maneira contemporânea de ler em silêncio e com os olhos. Ela tem também e sobretudo, a tarefa de encontrar os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos. (CHARTIER, 1998, p. 58)

Chartier, portanto, eleva a discussão do acesso à leitura para além do texto escrito, a fim de captar os elementos envolvidos no processo, que foram tocados pelo ato de ler e, em um processo dinâmico, também atingem o texto, na medida em que este se constrói a partir de situações captadas da sociedade.

Nessa esteira, cabe considerar a multiplicidade da comunidade de leitores que se espalhavam pelas ruas do Rio de Janeiro do século XIX, indo desde os que recebiam uma instrução específica privilegiada no Colégio Pedro II, e tinham condições de acesso às obras, até aqueles que dependiam da leitura oralizada para se encantarem com os textos literários. Essa democratização, caracterizada por essa diversidade de leitores, solidificou-se certamente

pelo surgimento dos jornais.

A democratização da leitura através dos jornais

Na primeira metade do século XIX, na França, surge o romance-folhetim nos jornais: o espaço, no final da página, o *rez-de-chaussée* – rés do chão, rodapé, que antes apresentava assuntos variados de entretenimento, passou a incorporar também romances. Para despertar o interesse dos leitores, as histórias apresentavam dramas amorosos ou familiares, com mistérios e suspenses; e para manter a atenção, a técnica de interromper a narrativa para continuar em um próximo número, com cortes em momentos cruciais, fez com que o romance-folhetim deixasse de ser apenas uma mera parte do jornal para ser a principal atração a que todos os leitores buscavam avidamente. No início, o jornal serviu ao romance dando-lhe seu poder de penetração, mas depois o periódico passou a depender da coluna folhetim para garantir o sucesso das suas vendas. A leitura era feita por diversas camadas da sociedade francesa: dos nobres aos camponeses, dos patrões aos empregados, o que contribuiu para que ocorresse o aumento da tiragem e o barateamento, ocorrendo então uma democratização do jornal:

O resultado foi um grande sucesso. A fórmula “continua amanhã” ou “continua num próximo número” que a ficção em série proporcionava ao folhetim alimentava paulatinamente o apetite e a curiosidade do leitor diário do jornal e, obviamente, como resposta, fazia aumentar a procura por ele, barateando os seus custos. O jornal democratizava-se junto à burguesia e saía do círculo restrito aos assinantes ricos (NADAF, 2002, p. 18)

Atingir a população em geral representa não apenas a ampliação do gosto pela leitura, mas também perpassa pela moralização da população:

a luta do bem contra o mal era o tema central dos folhetins, o que o aproxima do melodrama ao se apoiar nos sentimentos de medo, entusiasmo, dor e riso. Em geral, nas histórias, o mal perturba a ordem natural das coisas e passa a reinar até que a situação se reverta e o bem possa triunfar.

Para concretizar a vitória do bem na vida dos leitores, os temas passaram a ser os mais diversos: amores mal resolvidos, injustiças familiares, mistérios, todos apresentando muitas ações como mortes, prisões, intrigas e traições sempre marcadas pela aproximação com a vida do leitor, por isso os menos afortunados e os espaços mais variados estão presentes:

Nos romances folhetins que elegeram como núcleo temático os chamados “dramas parisienses”, a população pobre e marginal e os aspectos da vida miserável e criminosos da cidade ocuparam um lugar de destaque. Os hospícios, os orfanatos, as galés, as tavernas da velha cidade e as subumanas estalagens do proletariado e seus aterrorizantes e desafortunados personagens entrecruzavam-se com os castelos e os boulevards e seus ricos habitantes, resultando em estórias tensas, nebulosas e apaixonantes. A esse tempo, Paris industrializava e modernizava, mas contradizia-se por trás de suas famosas e luxuosas galerias metropolitanas – vitrines de moda e de cultura para o mundo – com a miséria proletária e os dramas urbanos decorrentes desse mesmo contexto histórico. (NADAF, 2002, p. 22)

No Brasil, após a chegada da Família Real, em 1808, o Rio de Janeiro se tornou a Cidade da Corte e a abertura dos portos proporcionou a todos a percepção de como Portugal, como metrópole colonizadora, representava um atraso cultural, por isso houve a absorção das influências que vinham da França e simbolizavam o progresso e a modernidade.

Daí, o sucesso que os folhetins faziam em Paris se proliferou também no Brasil com a estréia, em 1839, no *Jornal do Commercio*, da novela *Edmundo e sua prima*, de Paul de Kock. Os demais

jornais acompanharam a moda e os romances-folhetins passaram a ser publicados causando um enorme sucesso:

O romance folhetim foi uma febre nacional que impulsionou muitos dos nossos grandes autores a utilizarem esse espaço como forma de publicação das suas obras e projeção dos seus nomes entre o público e a crítica. Sendo o jornal o veículo de comunicação mais acessível na sociedade dos oitocentos, talvez este fosse o caminho mais rápido e fácil para o escritor alcançar notoriedade (SALES, 2007, p. 45)

O enorme sucesso do folhetim fez com que ele ocupasse outros espaços no jornal e alcançasse uma importância fundamental; em alguns periódicos, por exemplo, eram publicadas simultaneamente duas histórias. O romance-folhetim “se estendia a todos os jornais da corte. Ainda que não existiam as necessárias pesquisas, de difícil execução dada a escassez de dados sobre tiragens e publicações, não faltam indícios da correlação entre a prosperidade do jornal e o folhetim” (MEYER, 1996, p.58)

Com isso, o jornalismo desenhou a imagem da leitura: periodicidade, diversidade de temas, atualidade e propagação ajudaram a agregar o público, que passou a ser visto, pelos editores, como possível consumidor. Os jornais passaram a fazer parte da vida do homem oitocentista e mudaram as práticas de produção e leitura do texto literário:

Enquanto suporte de informação e cultura, o jornal pode suprir as necessidades intelectuais do leitor. Mesmo em sua fase inicial, no Brasil do século XIX, ele poderia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura coletiva, alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos - poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldades financeiras. (SANTAELLA, 1996, p.53)

Acentua-se, assim, a distinção entre o livro

e o jornal: enquanto o primeiro era objeto da elite, com os assuntos em uma só edição, o segundo alcançou um público mais variado e devido à continuidade da história em outras edições, manteve o interesse do leitor, que dividia a leitura dos folhetins com outras seções presentes no periódico. Isso amplia a possibilidade de leitura inclusive oportunizando a democratização através do jornal.

O livro era um progresso: preenchia as condições do pensamento humano? Decerto; mas faltava ainda alguma coisa; não era ainda a tribuna comum, aberta à família universal, aparecendo sempre com o sol e sendo como ele o centro de um sistema planetário. A forma que correspondia a estas necessidades a mesa popular para a distribuição do pão eucarístico da publicidade, é propriedade do espírito moderno: é o jornal. (ASSIS, 1985, p. 945)

Entre os materiais impressos, os jornais eram fisicamente mais fáceis de manuseio, podiam ser levados para qualquer parte e os textos curtos facilitavam a leitura em qualquer lugar, propondo, também, um contato do leitor com o cotidiano. Soma-se a isso o barateamento dos custos e tem-se a razão do enorme sucesso dos periódicos que passaram a invadir os lares, os cafés, as livrarias, ao apresentar, a partir de suas matérias, o mote para as conversas tecidas nos mais diversos salões; com isso, a discussão sobre as histórias interrompidas nos folhetins ia além das residências das famílias oitocentistas para alcançar os espaços mais variados do Brasil Regencial. Assim, conforme indica Pierre Bordieu (1996, p. 70), a expansão da imprensa operou “uma expansão sem precedente no mercado dos bens culturais”.

Diante desse apogeu, é fácil compreender como o escritor de folhetins passa a ser festejado como um homem distinto, frequentador das melhores rodas sociais, conhecido pela maioria dos leitores e, na maior parte das vezes, ligado às

questões políticas da época.

Como o jornal era de fácil manuseio e detinha assuntos do cotidiano, ele saía da solidão das residências burguesas e alcançava outros espaços, o que favorecia a leitura e a discussão das matérias ali contidas, dentre elas as narrativas folhetinescas, acessíveis também à classe média da época.

Derradeiras linhas em busca do leitor

Como a crescente agitação no Rio de Janeiro, causada pelas novidades estrangeiras, potencializava o surgimento de um público ávido pela inserção em um *status* de refinada civilidade, é natural que houvesse a proliferação de uma busca desenfreada pelos bens culturais que pudessem catapultar a população ao requinte almejado. Para tanto, a leitura proporcionava o conhecimento daquilo que ocorria tanto fora do país quanto na própria capital do Império. Evidentemente que faltam marcas para que se saiba com clareza como as narrativas foram recebidas, amadas ou censuradas, assim como também é imprecisa a quantificação de leitores no Brasil da época. Escassos também são dados precisos que revelem as diferentes estratégias de leitura para se esclarecer como uma população com tão grande número de analfabetos possa ter se apropriado tão fortemente da leitura, que era um indiscutível sucesso, visto a ampliação dos gabinetes, livrarias e bibliotecas ou ainda o enorme sucesso dos jornais.

A grande quantidade de jornais existente no Império é um fator inquestionável para assegurar a existência de um elevado número de leitores que acompanhava, nas mais diversas periodicidades, as publicações. Essa forte atração pela leitura, nos mais diversos suportes, permite refletir sobre a formação do público, considerado muitas vezes como pouco instruído, mal sendo capaz de assinar seu próprio nome. A representação de rusticidade

e selvageria, comumente divulgada pelos viajantes europeus, embaçou por muito tempo a real compreensão do homem da colônia, que proporcional ao crescimento urbano, ampliava seu conhecimento, tendo acesso a leituras, inclusive em outros idiomas, o que não só o distancia da imagem de obtuso como também elucida, em grande parte, o interesse pela leitura na principal capital do século XIX.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos Livros**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

ASSIS, Machado. **Crônicas de A Semana**. São Paulo: Cultrix, 1957.

_____. **A Mão e a Luva**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. “O Jornal e o Livro”. In: _____. **Obra completa**. 5ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1985, v. 3.

AUGUSTI, Valéria. **Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o Romance no Brasil oitocentista** (Tese de Doutorado) Campinas: UNICAMP, 2006.

_____. **Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas: UNICAMP s/a (comunicação oral).

AZEVEDO, Aluísio. **Casa de Pensão**. São Paulo: Ática, 1991.

BORDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário**. 2 ed. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Universidade de

Brasília, Tradução de Mary Del Priori, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2003.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A Queiroz, Edusp, 1985.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 1870-1903.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista**. São Paulo: EDUSP, 2005.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leituras Femininas no Século XIX (1850-1900)**. (Tese de Doutorado) Campinas: UNICAMP, 1996.

MEYER, Marlyse. **Folhetins: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NADAF, Yasmim Jamil. **Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)** Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

SALES, Germana Maria Araújo. **Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)** Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 2003.

_____. **Folhetins: uma prática de leitura no século XIX**. Entrelaces (UFC) v.1, p. 44-56, 2007

SANTAELLA, Lucia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 1996

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das**

**delícias: gabinetes literários, bibliotecas e
figurações da leitura na corte imperial.** Tese
de Doutorado, São Paulo: USP, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz; AZEVEDO, Paulo
Cesar de; COSTA, Angela Marques da. **A longa
viagem da biblioteca dos reis. Do terremoto
de Lisboa à Independência do Brasil.** São
Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TAUNAY, Visconde de. **Inocência.** São Paulo:
Ática, 1991.

Artigo enviado em: 20/05/2015

Aceite em: 20/12/2015